

***Centro de Solidariedade da
Imaculada Conceição***

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2018

74
11/11
OK
ZAL

Índice

Balanço.....	3
Demonstração dos Resultados por Naturezas.....	4
Demonstração dos Resultados por Funções.....	5
Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais.....	6
Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	7
Anexo	8
1. Identificação da Entidade	8
2. Referencial contábilístico de preparação das Demonstrações Financeiras	8
3. Políticas contábilísticas, alterações nas políticas contábilísticas e erros	9
4. Ativos fixos tangíveis	13
5. Investimentos financeiros.....	13
6. Inventários	14
7. Créditos a receber	14
8. Estado e outros Entes Públicos	14
9. Caixa e depósitos bancários.....	15
10. Outras contas a receber.....	15
11. Fundos patrimoniais.....	15
12. Fornecedores	15
13. Outras contas a pagar.....	16
14. Vendas e serviços prestados	16
15. Subsídios, doações e legados à exploração	16
16. Fornecimentos e serviços externos.....	17
17. Gastos com o pessoal.....	17
18. Outros rendimentos	18
19. Outros gastos	18
20. Resultados financeiros.....	18
21. Divulgações exigidas por outros diplomas legais	18
22. Acontecimentos após data de Balanço	18

Demonstração dos Resultados por Naturezas

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Moeda: Euro

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2018	2017
Vendas e serviços prestados	14	127 818,09	129 791,50
Subsídios, doações e legados à exploração	15	176 819,99	238 498,36
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	(23 264,02)	(24 509,61)
Fornecimentos e serviços externos	16	(58 665,89)	(56 812,66)
Gastos com o pessoal	17	(227 729,94)	(317 345,53)
Outros rendimentos	18	11 215,76	11 354,43
Outros gastos	19	(115 421,71)	(270,21)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(109 227,72)	(19 293,72)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	(1 881,52)	(1 105,83)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(111 109,24)	(20 399,55)
Juros e rendimentos similares obtidos	20	349,89	1 299,28
Juros e gastos similares suportados	20	(11,73)	(66,69)
Resultados antes de impostos		(110 771,08)	(19 166,96)
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		(110 771,08)	(19 166,96)

O Contabilista Certificado

A Direção



Isaura Fonseca
 Olívia M. Gonçalves
 M.^a Luísa P. Rodrigues

Demonstração dos Resultados por Funções

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2018

Moeda: Euro

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	Pré-Escolar	CATL	PERÍODOS	
				2018	2017
Vendas e serviços prestados	14	63 702,94	64 115,15	127 818,09	129 791,50
Custo das vendas e dos serviços prestados	6/17	(141 284,37)	(109 709,59)	(250 993,96)	(341 855,14)
Resultado bruto		(77 581,43)	(45 594,44)	(123 175,87)	(212 063,64)
Outros rendimentos	15/18/20	127 531,77	60 853,87	188 385,64	251 152,07
Gastos administrativos	4/16	(35 155,65)	(25 391,76)	(60 547,41)	(57 918,49)
Outros gastos	19	(90 710,02)	(24 711,69)	(115 421,71)	(270,21)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(75 915,33)	(34 844,02)	(110 759,35)	(19 100,27)
Gastos de financiamento (líquidos)		(11,73)	-	(11,73)	(66,69)
Resultados antes de impostos		(75 927,06)	(34 844,02)	(110 771,08)	(19 166,96)
Imposto sobre o rendimento do período					
Resultado líquido do período		(75 927,06)	(34 844,02)	(110 771,08)	(19 166,96)

O Contabilista Certificado

A Direção



Isaura Fonseca
 Orla. 11 - Gersulmar
 16.11 Luísa P. Rodrigues

Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2017

Euros

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe					Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Resultados Transitados	Ajustamentos/ outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2017	1	26 431,75	212 516,17	-	(40 246,72)	200 701,20	200 701,20
ALTERAÇÕES NO PERÍODO							
Primeira adoção de novo referencial contabilístico						-	-
Alterações de políticas contabilísticas						-	-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras						-	-
Realização dos excedentes de revalorização						-	-
Excedentes de revalorização						-	-
Ajustamentos por impostos diferidos						-	-
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	11		(40 246,72)		40 246,72	-	-
	2	-	(40 246,72)	-	40 246,72	-	-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3				(19 166,96)	(19 166,96)	(19 166,96)
RESULTADO EXTENSIVO	4=2+3				21 079,76	(19 166,96)	(19 166,96)
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO							
Fundos							
Subsídios, doações e legados							
Distribuições							
Outras operações							
	5	-	-	-	-	-	-
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2017	6=1+2+3+5	26 431,75	172 269,45	-	(19 166,96)	181 534,24	181 534,24

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2018

Euros

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe					Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Resultados Transitados	Ajustamentos/ outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2018	6	26 431,75	172 269,45	-	(19 166,96)	181 534,24	181 534,24
ALTERAÇÕES NO PERÍODO							
Primeira adoção de novo referencial contabilístico							
Alterações de políticas contabilísticas							
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras							
Realização dos excedentes de revalorização							
Excedentes de revalorização							
Ajustamentos por impostos diferidos							
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	11		(19 166,96)		19 166,96	-	-
	7	-	(19 166,96)	-	19 166,96	-	-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8				(110 771,08)	(110 771,08)	(110 771,08)
RESULTADO EXTENSIVO	9=7+8				(91 604,12)	(110 771,08)	(110 771,08)
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO							
Fundos							
Subsídios, doações e legados							
Distribuições							
Outras operações							
	10	-	-	-	-	-	-
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2018	6+7+8+10	26 431,75	153 102,49	-	(110 771,08)	70 763,16	70 763,16

O Contabilista Certificado

A Direção



Isaura Ferreira
 Maria M. Gonçalves
 18.ª Luísa P. Rodrigues

Demonstração dos Fluxos de Caixa

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2018	2017
Fluxos de caixa das atividade operacionais - método direto			
Recebimentos de clientes e utentes		128 755,07	128 891,50
Pagamentos de subsídios		-	-
Pagamentos de apoios		-	-
Pagamentos de bolsas		-	-
Pagamento a fornecedores		(73 192,72)	(68 315,94)
Pagamentos ao pessoal		(136 857,02)	(223 018,46)
Caixa gerada pelas operações		(81 294,67)	(162 442,90)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-	-
Outros recebimentos/pagamentos		(45 946,21)	126 182,60
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		(127 240,88)	(36 260,30)
Fluxos de caixa das atividade de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(2 706,32)	(2 066,40)
Ativos intangíveis		-	-
Investimentos financeiros		178,99	235,24
Outros ativos		-	-
Recebimentos provenientes de:			
Juros e rendimentos similares		349,89	498,38
Dividendos		-	-
Fluxos de caixa das atividade de investimento (2)		(2 177,44)	(1 332,78)
Fluxos de caixa das atividade de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Pagamentos respeitantes a:			
Fluxos de caixa das atividade de financiamento (3)		-	-
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(129 418,32)	(37 593,08)
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		213 981,34	251 574,42
Caixa e seus equivalentes no fim do período		84 563,02	213 981,34

O Contabilista Certificado

A Direção



Isabela Fonseca
 Orla T. Gonçalves
 N.º Luis P. Rodrigues



Anexo

1. Identificação da Entidade

1.1 – Designação da entidade: *Centro de Solidariedade da Imaculada Conceição*

1.2 – NIF: 500903328

1.3 – Sede social: *Rua de S. Geraldo nº 24, União de Freguesias Sé, Cividade e Maximinos*

1.4 – Endereço eletrónico: *csic.braga@sapo.pt*

1.5 – Natureza da atividade: O *Centro de Solidariedade da Imaculada Conceição*, é uma instituição sem fins lucrativos, o registo foi lavrado provisoriamente pela inscrição nº 78/83, de fl 17 a fl.17vº do livro nº 2 das fundações de solidariedade social e convertido em definitivo pelo averbamento nº 1 a referida inscrição.

A alteração de estatutos foi aprovada em 22/10/2015 pela autoridade eclesiástica competente e o registo foi lavrado pelo averbamento nº 4, à inscrição nº 78/83, a fls. 17 e 17 Verso do Livro nº 2 das Fundações de Solidariedade Social, considerando-se efetuado em 23/09/2016, nos termos do nº 4 do artigo 9º..

- Atividade Principal CAE 85100 – Educação Pré – Escolar;
- Atividade Secundária: 88910 – Atividade de Cuidados para Crianças sem Alojamento

2. Referencial contabilístico de preparação das Demonstrações Financeiras

2.1 - As Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) publicada pelo Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março e republicada pelo Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho, nos termos do Regime Contabilístico para as Entidades do Setor Não lucrativo que foi aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março, republicado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho. No Anexo II do referido diploma, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativos é composto por:

- a) Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- b) Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho;
- c) Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho;
- d) NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho; e
- e) Normas Interpretativas (NI).

2.2 - Não foram derogadas quaisquer disposições do ESNL que tenham tido efeitos nas demonstrações financeiras e na imagem verdadeira e apropriada do ativo, passivo e dos resultados da entidade.

COT
ATA
28/1

2.3 - As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de dezembro de 2018 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017.

3. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

3.1. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

a) - Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

Regime do acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" (Nota 13)

Consistência de apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

Materialidade e agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

Informação comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- f) A natureza da reclassificação;
- g) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- h) Razão para a reclassificação.

b) - Outras políticas Contabilísticas:

Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ou pelo Valor Patrimonial Tributário.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

Os ativos fixos tangíveis são depreciados em quota anual durante as vidas úteis estimadas:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento administrativo	5 e 6
Outros ativos fixos tangíveis	4 e 6

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

Inventários

Os inventários são registados ao custo de aquisição.

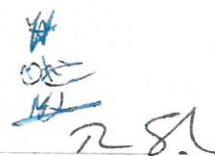
Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Clientes/utentes e outros créditos

Os "Clientes/utentes" e "Outros créditos" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As "Perdas por Imparidade" são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será



recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano. Estas rubricas são apresentadas no Balanço como ativo corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como ativos não correntes.

Caixa e depósitos bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras dívidas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras dívidas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

Estado e outros Entes Públicos

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC), as *instituições particulares de solidariedade social*, estão isentas de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas.

Benefício dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela Direção. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, as faltas autorizadas e remuneradas. As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes se encontram reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação de emprego, quer por decisão unilateral da Entidade, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorreram.

Subsídios do Estado

Os subsídios apenas são reconhecidos quando uma certeza razoável de que a Entidade irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios atribuídos a fundo perdidos para o financiamento de ativos fixos tangíveis estão incluídos no item de “Outras variações nos fundos patrimoniais”. São transferidos numa base sistemática para resultados à medida que decorrer o respetivo período de depreciação ou amortização.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados no período, pelo que são reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

Fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada através do método direto. A Entidade classifica na rubrica "Caixa e seus equivalentes" os montantes de caixa e depósitos à ordem.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes e utentes, pagamentos a fornecedores, pagamentos ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e venda de ativos.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a financiamentos obtidos.

c) - Principais pressupostos relativos ao futuro

Gestão de risco financeiro

• Risco de Liquidez:

A gestão do risco de liquidez tem por objetivo garantir que, a todo o momento, a instituição mantém a capacidade financeira para, dentro de condições de mercado não desfavoráveis:

- (i). Cumprir com as suas obrigações de pagamento à medida do seu vencimento, e
- (ii). Garantir atempadamente o financiamento adequado ao desenvolvimento dos seus objetivos e estratégia.

As demonstrações financeiras estão elaboradas pressupondo a continuidade da Instituição.

d) - Principais fontes de incerteza das estimativas

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas.

As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

3.2 – Alterações nas políticas contabilísticas:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

3.3 – Alterações nas estimativas contabilísticas:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alterações nas estimativas.

3.4 – Correção de erros de períodos anteriores:

Não foram efetuadas correções de erros de períodos anteriores.

4. Ativos fixos tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2018 e de 2017, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Ativos fixos tangíveis

31 de dezembro de 2017

Descrição	Saldo em 01-jan-2017	Aquisições / Aumentos	Abates / Diminuições	Transferências	Revalorizações	Perdas por Imparidade Acumuladas	Saldo em 31-dez-2017
Custo							
Equipamento básico	201 386,61	-	-	-	-	-	201 386,61
Equipamento de transporte	19 506,00	-	-	-	-	-	19 506,00
Equipamento administrativo	135 223,17	1 961,68	(1 873,20)	-	-	-	139 058,05
Outros ativos fixos tangíveis	11 349,23	-	-	-	-	-	11 349,23
Total	367 465,01	1 961,68	(1 873,20)	-	-	-	371 299,89
Depreciações acumuladas							
Equipamento básico	200 794,00	159,63	-	-	-	-	200 953,63
Equipamento de transporte	19 506,00	-	-	-	-	-	19 506,00
Equipamento administrativo	133 187,16	946,20	(1 873,20)	-	-	-	136 006,56
Outros ativos fixos tangíveis	11 099,23	-	-	-	-	-	11 099,23
Total	364 586,39	1 105,83	(1 873,20)	-	-	-	367 565,42
						Quantia escriturada	3 734,47

Ativos fixos tangíveis

31 de dezembro de 2018

Descrição	Saldo em 01-jan-2018	Aquisições / Aumentos	Abates / Diminuições	Transferências	Revalorizações	Perdas por Imparidade Acumuladas	Saldo em 31-dez-2018
Custo							
Equipamento básico	201 386,61	-	-	-	-	-	201 386,61
Equipamento de transporte	19 506,00	-	-	-	-	-	19 506,00
Equipamento administrativo	139 058,05	-	1 519,30	-	-	-	137 538,75
Outros ativos fixos tangíveis	11 349,23	2 706,32	451,05	-	-	-	13 604,50
Total	371 299,89	2 706,32	1 970,35	-	-	-	372 035,86
Depreciações acumuladas							
Equipamento básico	200 953,63	-	-	-	-	-	200 953,63
Equipamento de transporte	19 506,00	-	-	-	-	-	19 506,00
Equipamento administrativo	136 006,56	1 305,47	4 065,57	-	-	-	137 246,46
Outros ativos fixos tangíveis	11 099,23	576,05	326,05	-	-	-	11 349,23
Total	367 565,42	1 881,52	4 391,62	-	-	-	365 055,32
						Quantia escriturada	6 980,54

5. Investimentos financeiros

Os saldos dos investimentos financeiros, em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, apresentavam-se da seguinte forma:

Descrição	Saldo em 01-jan-2018	Aumentos	Diminuições	Justo Valor	Saldo em 31-dez-2018
Fundo de Compensação	449,47	178,99	-	-	628,46
Obrigações do Tesouro de Rendimento Variável	20 000,00	-	-	-	20 000,00
Total	20 449,47	178,99	-	-	20 628,46

Nos termos da Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto, e da Portaria n.º 294-A/2013, de 30 de setembro, a Entidade é obrigada a efetuar a entrega de 1% sobre as remunerações base e

44
OK
12.8.18

diuturnidades dos seus colaboradores contratados após 1 de outubro de 2013, para o fundo de compensação do trabalho.

6. Inventários

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 01-jan-2017	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-dez-2017	CMVMC em 2017
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	-	20 513,82	3 995,79	-	24 509,61
Total	-	20 513,82	3 995,79	-	24 509,61

Descrição	Inventário em 01-jan-2018	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-dez-2018	CMVMC em 2018
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	-	21 471,89	1 792,13	-	23 264,02
Total	-	21 471,89	1 792,13	-	23 264,02

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição e foram consumidas na sua totalidade.

7. Créditos a receber

Para os períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 a rubrica "Créditos a receber" encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	31-12-2018	31-12-2017
Clientes e Utentes c/c	788,02	1 725,00
Utentes	788,02	1 725,00

Descrição	Até 6 meses
Clientes c/c	-
Utentes c/c	788,02
Total	788,02

8. Estado e outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	31-12-2018	31-12-2017
Ativo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	551,30	553,48
Total	551,30	535,48
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	1 293,41	1 393,25
Segurança Social	4 415,02	4 148,64
Fundos Compensação	58,76	23,53
Total	5 767,19	5 565,42

9. Caixa e depósitos bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de dezembro de 2018 e 2017, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	31-12-2018	31-12-2017
Caixa	579,95	500,00
Depósitos à ordem	8 483,07	3 364,17
Depósitos a prazo	75 500,00	210 117,17
Total	84 563,02	213 981,34

10. Outras contas a receber

A rubrica "Outras contas a receber" apresenta, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a seguinte decomposição:

Descrição	31-12-2018	31-12-2017
Devedores por acréscimos de rendimentos:		
Juros a Receber	-	800,98
Outros devedores e credores		
Outros devedores e credores - Trab. Indep	118,50	1 593,29
Total	118,50	2 394,27

11. Fundos patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-jan-2018	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-dez-2018
Fundos	28 431,75			28 431,75
Resultados transitados	172 269,45	(19 166,96)		153 102,49
Resultado líquido do período	(19 166,96)	(110 771,08)	(19 166,96)	(110 771,08)
Total	181 534,24	(129 938,04)	(19 166,96)	70 763,16

Nota:

Resultados transitados:

- Diminuição em 19.166,96€ de transferência do resultado líquido negativo de 2017

Resultado líquido do exercício:

- Aumento de (110,771,08), do resultado negativo de 2018.

12. Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	31-12-2018	31-12-2017
Fornecedores c/c	1 696,40	628,61
Total	1 696,40	628,61

Descrição	0-30 dias
Fornecedores c/c	1 696,40
Total	1 696,40

13. Outras contas a pagar



A rubrica de "Outras contas a pagar" é discriminada da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Outras Contas a pagar		
Pessoal e Outros devedores e credores	130,00	23 500,00
Credores por acréscimos de gastos:		
Remunerações a pagar ao pessoal	34 194,62	29 974,92
Outros acréscimos de gastos	1 825,67	1 987,54
Total	36 150,29	55 462,46

14. Vendas e serviços prestados

Para os períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes valores relativos a "Vendas" e "Serviços Prestados":

Vendas

Descrição	2018	2017
Mercadorias	-	780,00
Total	-	780,00

Prestação de Serviços

Descrição	2018	2017
Quotas dos utilizadores	127 818,09	129 011,50
Jardim de Infância	69 737,14	64 699,00
ATL	58 080,95	64 312,50
Total	127 818,09	129 011,50

15. Subsídios, doações e legados à exploração

Em 2018 e 2017, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios, doações e legados à exploração":

Descrição	2018	2017
Subsídios do Estado e outros entes públicos	173 432,01	231 681,34
Doações e heranças	3 387,98	6 817,02
Total	176 819,99	238 498,36

Descrição	2018	2017
Instituto Segurança Social, IP	172 786,16	230 884,01
DGCI - Consignação IRS	645,85	797,33
Doações e heranças (Donativos)	3 387,98	6 817,02
Total	176 819,99	238 498,36

16. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos de 2018 e de 2017, foi a seguinte:

4
C
H
281

Descrição	2018	2017
Serviços especializados	28 348,50	23 034,38
Trabalhos especializados	5 376,80	4 456,12
Publicidade e propaganda	861,00	-
Vigilância e segurança		1 460,46
Honorários	14 690,95	12 272,21
Conservação e reparação	7 419,74	4 845,59
Outros	-	-
Materiais	5 139,61	6 186,55
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	1 040,51	282,63
Material de escritório	1 347,08	3 021,64
Material de Limpeza, Higiene e Conforto	1 644,63	1 668,63
Outros	1 107,39	1 213,65
Material didático	695,39	981,05
Jornais e revistas	132,00	131,24
Vestuário e calçado de utentes	-	46,13
Outros	280,00	55,23
Energia e fluidos	15 479,32	15 378,88
Electricidade	7 722,31	8 093,24
Combustíveis	4 843,01	3 989,55
Água	2 914,00	3 296,09
Deslocações, estadas e transportes	3 358,25	2 345,50
Deslocações e estadas	2 908,25	2 345,50
Transportes de pessoal	450,00	-
Serviços diversos	6 340,21	9 867,35
Rendas e alugueres	-	1 707,43
Comunicação	1 543,69	1 409,86
Seguros	2 319,99	1 477,44
Despesas de representação	-	-
Limpeza, higiene e conforto	492,00	492,00
Outros serviços	1 984,53	4 780,62
Reparação, conservação edifícios cedidos		2 728,99
Encargos de saúde com utentes	19,50	37,16
Rouparia	-	-
Diversos	1 965,03	2 014,47
Total	58 665,89	56 812,66

17. Gastos com o pessoal

Os órgãos sociais da Entidade, não auferem qualquer remuneração.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 2018 manteve-se igual ao do final de 2017 nos 14 funcionários.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2018	2017
Remunerações do pessoal	186 232,48	207 869,42
Encargos sobre Remunerações	39 281,35	45 703,86
Seguro Ac. Trab. e Doenças Profi.	1 524,43	1 821,22
Outros gastos com Pessoal	691,68	61 951,03
Total	227 729,94	317 345,53

4/2
14/5
22.8.1

18. Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Rendimentos suplementares (Serviços sociais)	9 979,55	9 263,40
Descontos de pronto pagamento obtidos	15,72	-
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	-	225,12
Outros	1 220,49	1 865,91
Correções relativas a períodos anteriores	1 082,97	1 829,28
Outros não especificados	137,52	36,63
Total	11 215,76	11 354,43

19. Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Impostos	4,00	30,97
Outros	115 417,71	239,24
Quotizações	170,00	170,00
Correções relativas a períodos anteriores	115 245,70	69,24
Outros não especificados	2,01	-
Total	115 421,71	270,21

20. Resultados financeiros

Nos períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2018	2017
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	11,73	66,63
Outros gastos e perdas de financiamento	-	0,06
Total	11,73	66,69
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	349,89	1 299,28
Total	349,89	1 299,28
Resultados financeiros	338,16	1 232,59

21. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas à Autoridade Tributária e Aduaneira em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro.

Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

22. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2018.



Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2018 foram aprovadas pela Direção e autorizadas para emissão em 13 de maio de 2019.

O Contabilista Certificado

A Direção



Isaura Ferreira
Otilia M. Gonçalves
M.ª Lucília P. Rodrigues

Centro de Solidariedade Imaculada Conceição

Ano: 2018

TRABALHO VOLUNTÁRIO PRESTADO NO EXERCÍCIO

Funções desempenhadas	Número de pessoas	Total de horas semanais	Valor anual
Eva Jonas	1	25 horas Semanais	3.300,00 €
Iraura Fonseca	1	30 horas Semanais	3.960,00 €
Maria Deolinda Maciel	1	25 horas Semanais	3.300,00 €
TOTAL			10.560,00 €

Acta 226

— No dia treze do mês de dois mil e dezanove, pelas dezanove horas, reuniu no Centro de Solidariedade da Imaculada Conceição, com sede na Rua S. Geraldo, n.º 24, Conselho de Braga o Conselho de Administração. —

— A reunião foi aberta pela Presidente e teve só o ponto sobre aprovação das contas da exercício da ano de dois mil e dezoito. —

— Os documentos foram postos à disposição, para serem analisadas, discutidas e aprovadas. —

— O contabilista deu as devidas explicações e esclarecimentos. —

— O total de rendimentos do ano de dois mil e dezoito foi de trezentos e dezanove mil, duzentos e três euros e setenta e três centimos, inferior ao ano anterior no montante de 64.739,84€ uma diminuição muito significativa em relação aos anos anteriores, mas que mantém a tendência das ultimas que diz respeito à diminuição dos recas.

Esta diminuição de receitas é devida essencialmente a dois fatores: diminuição do número de utentes que frequentam o Centro de Solidariedade e também a diminuição dos subsídios do Centro Regional de Segurança Social. Em relação aos gastos, existem em de-
crécimo muito significativo no valor global das despesas com particular relevância ao nível dos gastos com pessoal, pois a entidade tem procurado uma melhor alocação dos recursos disponíveis, tendo finalmente conseguido adequar o quadro de pessoal ao número de utentes efetivos.

— Apesar da melhoria da gestão e dos resultados evidenciados, o resultado líquido do exercício de 2018 foi muito penalizado pela obrigatoriedade de devolução de verbas à Segurança Social, que tinham sido recebidas indevidamente em anos anteriores, ao valor global de 113,396,35€, sendo que 89.694,33€ dizem respeito à valência "Pré-escolar" e os restantes 23.702,02€ à valência "CATL".

Ao nível dos resultados líquidos da período, a valência "Pré-escolas" apresenta resultado negativo no montante de (75.927,06 €) e a valência "CATL" apresenta um resultado negativo no valor de (34.844,02). Caso não tivesse existido o facto referido anteriormente da devolução dos valores, estes resultados seriam substancialmente diferentes e a entidade apresentaria, no seu conjunto resultado líquido positivo em 2.625,27 €.

— Após o parecer da comissão Fiscal, que foi unânime em aprovar as contas de 2018, damos terminada a reunião pelas vinte horas.

— É para constar foi lida a presente ata que vai ser lida e assinada pelos membros presentes:

Presidente - Isaura Fonseca

Secretária - Otilia M^{te} Gonçalves

Tesoureira - 12^a Luísa Pereira Rodrigues

